

*Reunião da Assembleia Intermunicipal  
26 de abril de 2023  
Ata nº. 2*

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pela Vice-Presidente, Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos e pelo Secretário, Hermínio Pedro Marques Martins.

Estiveram presentes os seguintes Membros:

Humberto José Tavares Moreira; Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos; José Carlos Raposo Marques Vidal; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Pedro Jorge Rebelo Tavares; Luís Fernando Leal Duarte Oliveira; Arménio Henrique Oliveira Martins Silva; Nuno Ricardo Costa Portovedo; João José Rodrigues Gaspar; Victor Manuel Santiago Tavares; Fernando Augusto Rodrigues Barbosa; Luís Manuel Souto de Miranda; Pedro Machado Pires da Rosa; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Sara Sandra Resende Tavares; Casimiro Simões Calafate; António Jorge Ferreira Borges; José Augusto da Luz Matos; Diamantino Alberto Garrido Correia; Bruno Vilhena Pires; Pedro Miguel Cristo Graça; António Pedro Oliveira Martins; André Filipe Casqueira Guimarães; José Alcides Ramos Pereira; André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel; Luís Sérgio da Silva Pelicano; Francisco José de Oliveira Martins; Álvaro Miguel Ferreira Ferreira; Fernando Luz Almeida Marques; Sérgio Daniel Santos Morais; Emanuel José Bandeira Lopes; Maria da Graça de Abreu Freire Valente e Silva; Frederico André de Campos Sousa Lemos; David Faria Pereira Oliveira; Renata Liliana da Costa Marques; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva; Juan Carlos Ferreira Martins; Victor Fernando Santos Neto; Óscar Lopes Francisco; Nuno Roberto Rodrigues de Moura.

Esteve ausente Ana Raquel Gomes São Marcos Simões, que justificou.

Os Membros Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz (Aveiro), Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos (Estarreja), Rui Pedro Figueiredo Marques (Albergaria-a-Velha), Ricardo Jorge Lopes Fernandes (Estarreja), Manuel de Oliveira Reis (Ovar), Carlos Manuel

Ferreira Ferreira (Oliveira do Bairro) estando ausentes, pediram substituição por: Casimiro Simões Calafate, António Jorge Ferreira Borges, Luís Fernando Leal Duarte Oliveira, Bruno Vilhena Pires, Fernando Luz Almeida Marques e Luís Sérgio da Silva Pelicano, respetivamente.

O Presidente da Mesa iniciou a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

A - Apreciação e votação da ata da sessão anterior;

B - Expediente e informações;

C - Período Antes da Ordem do Dia;

D - Período da Ordem do Dia:

**Ponto 1** - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

**Ponto 2** - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2022 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022.

**Ponto 3** - Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão de 2022.

**Ponto 4** - Apreciação e Votação da 1ª Revisão - Alteração Orçamental Modificativa à GOP e Orçamento de 2023.

**Ponto 5** - Apreciação e Votação da Proposta de Revisão do Mapa de Pessoal de 2023.

**Ponto 6** - Apreciação e Votação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR).

**Ponto 7** - Apreciação e Votação do Código de Conduta.

***A - Apreciação e votação da ata da sessão anterior:***

Não houve pedidos para usar da palavra.

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação a ata da sessão anterior, com o seguinte resultado:

*Ata nº 1/2023, de 13 de fevereiro, aprovada por unanimidade pelos Membros presentes na referida reunião.*

***B - Expediente e informações:***

O Presidente da Mesa informou a receção do ofício n.º 334 da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, de 1 de março de 2023, relativo à renúncia de Beatriz Manuel Lourenço Soares e indicação como Membro Efetivo desta Assembleia, de Renata Liliana da Costa Marques.

***C - Período Antes da Ordem do Dia:***

*Não houve pedidos de inscrição para usar da palavra.*

***D - Período da Ordem do Dia:***

***Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal destacou o trabalho realizado nos últimos tempos, a operação designada de Investir +, com onze apresentações em todos os Municípios, com três objetivos principais: dar nota sumária do Programa Estratégico da Região de Aveiro, o UNIR@Região de Aveiro, sucedâneo do UNIR@Ria, que está em fase final de conceção, elaborado em consórcio, liderado pela SPI, participado pela CPU e pela Universidade de Aveiro. O segundo objetivo é a apresentação da EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro 2030, na reta final de execução, num trabalho desenvolvido em equipa com a Universidade de Aveiro e que será um instrumento obrigatório para futuras candidaturas a fundos comunitários. O terceiro objetivo é a apresentação do Contrato para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial, a nova designação dos contratos que as Comunidades Intermunicipais irão celebrar com as Autoridades de Gestão dos Programas Regionais do 2030, que visa contratualizar um conjunto de projetos explicitamente referenciados, com verba, ainda em negociação com a Autoridade de Gestão do Centro 2030, contrato que garantirá um valor para se executar ao longo do Centro 2030. A quarta componente destas apresentações diz respeito à intervenção do Presidente de Câmara Municipal respetivo, sobre as matérias de incidência municipal. O Presidente do CI considerou um balanço positivo, designadamente no cumprimento do dever de informar e de interação com as pessoas. Referiu que neste momento, o cronograma previsto é fechar os acordos até fim de junho e assinar os

contratos até agosto, reiterando a importância desta matéria e deste processo para uma das fontes de financiamento até 2029.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que há operações de continuidade ou de transição, designadamente os investimentos de qualificação e valorização da Ria de Aveiro, a nova vida da Polis Litoral Ria de Aveiro e as operações do Baixo Vouga Lagunar. Informou a alteração no financiamento do Ciclo Urbano da Água, que passa para os Programas Operacionais Regionais, onde as redes em alta ficam na gestão direta da Autoridade de Gestão, e as redes em baixa e as redes de águas pluviais estarão no nosso contrato com o Centro 2030. Referiu que esta matéria está relacionada com a revisão do EVEF - Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da AdRA - Águas da Região de Aveiro, na forma e no modelo de financiamento e com as discussões em curso com a AdP - Águas de Portugal sobre as fontes alternativas, no caso de não se aportar, em todo ou em parte, os financiamentos comunitários para o plano de investimentos e de expansão da empresa.

O Presidente do CI informou que a área dos Bombeiros é uma das tipologias novas no nosso contrato, em que teremos uma parte da dotação de 42 milhões de euros previstos para a Região Centro, para 8 Comunidades Intermunicipais e 100 Municípios, e aqui faremos um trabalho com as 13 corporações de bombeiros de planeamento para a utilização dessas verbas, que se destinará a investimentos nos serviços municipais de proteção civil, na requalificação dos quartéis, em equipamentos de proteção individual e viaturas de socorro e emergência. Sugeriu poder-se usar uma parte dessa verba para uma viatura específica e que fique à disposição de toda a região.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

António Monteiro (Sever do Vouga) referiu que há 1.6 milhões de portugueses sem médico de família, é um problema seríssimo que afeta o país e a região de Aveiro e urge encontrar uma solução para a falta de médicos. Há autarquias a contratar médicos de clínica geral para substituir médicos que se reformaram e onde o ACeS Baixo Vouga não disponibilizou a respetiva substituição. Considerou que a disponibilização deste tipo de serviços por parte das autarquias tem limitações muito sérias, uma vez que não têm acesso ao sistema e não podem receitar meios apoiados pelo SNS - Serviço Nacional de Saúde. Questionou a falta

de notícias sobre o Centro Académico Clínico de Aveiro e sobre a expansão do Hospital de Aveiro.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) reconheceu o trabalho realizado pelos autarcas da região, designadamente o desenvolvimento da cidade de Aveiro e considerou que estamos num momento em que as estradas municipais estão em melhores condições que as estradas nacionais (EN), especialmente a EN1.

Fernando Barbosa (Anadia) referiu que as estradas nacionais não dependem dos municípios e a Câmara Municipal de Anadia tem chamado a atenção do IP - Infraestruturas de Portugal, recordando que a EN1-IC2 atravessa muitos municípios da CIRA, sendo um problema comum e considerou importante que o Conselho Intermunicipal dê mais força a este assunto.

Nuno Moura (Vagos) questionou o que seria das associações humanitárias de bombeiros se não fossem as autarquias e como se fará a divisão da dotação da verba do Centro 2030, relembrando que há diferentes necessidades nas várias corporações e o valor é manifestamente insuficiente. Entende que o Estado considera as associações de bombeiros o parente pobre da proteção civil, quando em 99% dos casos são os bombeiros que efetivam no terreno a função de proteção civil e que deveriam ter uma atenção diferente. Considerou que é necessária maior pressão na transferência de competências, pois na maioria dos casos, já eram tarefas que os municípios realizavam. Deu como exemplo Vagos, que foi dos primeiros municípios a assumir as competências das estradas nacionais e ainda se aguarda essa transferência.

Pires da Rosa (Aveiro) concordou que na área da saúde a competência deverá vir acompanhada do envelope financeiro e considerou que a municipalização não vai resolver estas questões, pois não temos escala. Considerou que a nossa região tem um fator distintivo em matérias de proteção civil e situações de emergência, que é a existência do Terminal Químico do Porto de Aveiro e o Parque Químico de Estarreja e questionou a existência de um plano regional estratégico de defesa para esta área, suportado por viaturas especializadas.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que os Presidentes de Câmara não são o 1º Ministro e que é o Governo que trata dos médicos de família, considerando que há vários Municípios a fazer trabalho que não é da sua competência, nem legal nem política, e que o país tem é de formar mais médicos. Considerou que há pressões negativas sobre a entidade

acreditadora para o Centro Académico Clínico e o Curso de Medicina na Universidade de Aveiro.

Sobre as Estradas Nacionais considerou que se trata de um problema nacional e que a abordagem deverá ser no âmbito da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo sido já apresentadas várias propostas para haver investimentos regulares. Informou que começaram a ser assinados os primeiros acordos relativos às EN em ambiente urbano, que estão no pacote da descentralização.

Relativamente aos Bombeiros, o Presidente do CI referiu que os Municípios vão continuar a apoiar por outras vias e que é preciso capacidade reformista nos Bombeiros Portugueses, recordando que não há verbas no Centro 2030 para a reestruturação da floresta, que seria bem mais eficaz na prevenção de fogos florestais.

Sobre as questões de Proteção Civil referiu que os planos existem e recordou que certas tipologias de operações têm de somar ao existente.

**Tomado conhecimento da Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.**

***Ponto 2 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas 2022 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022:***

Foi presente para apreciação, a Prestação de Contas de 2022, constituída pelo Relatório de Atividades e Contas, execução Financeira e execução Orçamental, apresentando no desempenho orçamental uma Receita Efetiva de 9.033.633,40€ e uma Despesa Efetiva no montante de 6.038.778,11€, transitando para o ano seguinte o saldo de gerência num total de 4.943.731,68€ (quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta e um euros e sessenta e oito centimos). A realização financeira paga ao nível das Grandes Opções do Plano 2022 foi de 5.962.595,51€, tendo o Orçamento uma dimensão na despesa paga de 6.538.778,11€.

A nível financeiro, a Prestação de Contas apresenta um Total do ativo de 21.915.982,90€, um património líquido de 5.376.909,11€, sendo o património/capital de 2.663.618,17€ e ainda um passivo de 16.539.073,79€. Os rendimentos atingiram um montante



de 5.825.504,12€ e os Gastos o valor de 5.684.522,34€, tendo-se apurado um Resultado Líquido de 140.981,78€.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que se procurou resumir o ano de 2022, onde houve muita transição de processos e se encerrou alguns projetos, designadamente o Educ@RA, com um balanço globalmente positivo, e o RAD - Região de Aveiro Digital, um projeto muito difícil, de grande capacitação. Destacou o trabalho realizado na gestão dos fundos comunitários e nas lutas políticas em aberto, considerando que foi um ano positivo e recordou que finalmente se avançou em alguns projetos que careciam de licenciamento ambiental, designadamente com a Declaração de Impacto Ambiental do Sistema Primário de Defesa do Baixo Vouga Lagunar.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

José Matos (Estarreja) alertou para o mau estado do parque de estacionamento da CIRA.

Arménio Silva (Albergaria-a-Velha) questionou o montante do saldo, que quase duplicou de um ano para o outro, o aumento do valor para recursos humanos, bem como o valor de 600 mil euros de registo cartográfico. Questionou se poderia haver redução do valor da quota, considerando o resultado positivo de 140 mil euros e solicitou esclarecimentos às reservas dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente sobre a redução do capital da Polis.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que haverá alterações de fundo na sede da CIRA com o projeto previsto, envolvendo o estacionamento, com a Câmara e a diocese envolvidas.

Informou que a questão do saldo se prende com a reserva de investimento na adjudicação da Ponte-Açude do Rio Novo do Príncipe.

Sobre o Mapa de Pessoal, informou que em 2022 se aumentaram os recursos humanos para colmatar algumas tipologias e essa necessidade mantém-se nalgumas áreas.

Relativamente ao registo cartográfico, o Presidente do CI informou que se trata de uma operação em curso, o BUPi - Balcão Único do Prédio, de registo de cadastro rústico, numa interação permanente com os municípios e que tem cerca de 20% de execução.

Sobre o resultado positivo, o Presidente do Conselho Intermunicipal tem pena de não ser maior, à custa de uma cota maior, mas temos decidido manter o valor da cota.

Relativamente às reservas dos Revisores Oficiais de Contas, o Presidente do CI lamentou a reserva sobre a Polis Litoral Ria de Aveiro, que está correta, mas na qual a CIRA não tem responsabilidade, uma vez que não se consegue reunir a Assembleia Geral da empresa, pelo facto do Estado não ter nomeado o seu novo representante.

*O Presidente da Mesa colocou à votação o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:*

*Prestação de Contas 2022 e proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2022, aprovada por maioria, com oito abstenções, dos membros Renata Liliana da Costa Marques, António Pedro Oliveira Martins, David Faria Pereira Oliveira, Bruno Vilhena Pires, Diamantino Alberto Garrido Correia, Frederico André de Campos Sousa Lemos, Sara Sandra Resende Tavares e Pedro Machado Pires da Rosa.*

***Ponto 3 - Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão de 2022:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que estamos tranquilos com este plano e relatório.

*Não houve pedidos de inscrição para usar da palavra.*

*Tomado conhecimento do Relatório Anual de Prevenção de Riscos de Gestão de 2022.*

***Ponto 4 - Apreciação e Votação da 1ª Revisão - Alteração Orçamental Modificativa à GOP e Orçamento de 2023:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que esta revisão é motivada pela integração do saldo e aproveitou para enfatizar o trabalho intenso do arranque da operação de transporte público de passageiros, em fase de resposta ao Tribunal de Contas para a emissão de visto. Informou, igualmente, que a empresa que ganhou o concurso está a trabalhar para instalar toda a operação, numa sede provisória, com duas bases operacionais, 120 motoristas, 100 autocarros e em preparar campanhas de comunicação. Informou que amanhã haverá uma reunião de trabalho, ao mais alto nível, com este novo parceiro e uma das decisões será a definição da data de arranque da operação, em princípio algures no verão, um período com menos carreiras em circulação.



*Não houve pedidos de inscrição para usar da palavra.*

*O Presidente da Mesa colocou à votação o quarto ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados*

*1ª Revisão - Alteração Orçamental Modificativa à GOP e Orçamento de 2023, aprovada por maioria, com nove abstenções, dos membros José Carlos Raposo Marques Vidal, Renata Liliana da Costa Marques, António Pedro Oliveira Martins, David Faria Pereira Oliveira, Bruno Vilhena Pires, Diamantino Alberto Garrido Correia, Frederico André de Campos Sousa Lemos, Sara Sandra Resende Tavares e Pedro Machado Pires da Rosa.*

***Ponto 5 - Apreciação e Votação da Proposta de Revisão do Mapa de Pessoal de 2023:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal considerou que se trata de pequenos ajustes ao Mapa de Pessoal de 2023, relacionadas com dinâmicas de gestão.

*Não houve pedidos de inscrição para usar da palavra.*

*O Presidente da Mesa colocou à votação o quinto ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:*

*Proposta de Revisão do Mapa de Pessoal de 2023, aprovada por maioria, com quatro abstenções, dos membros Renata Liliana da Costa Marques, David Faria Pereira Oliveira, Bruno Vilhena Pires e Diamantino Alberto Garrido Correia.*

***Ponto 6 - Apreciação e Votação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR):***

O Presidente do Conselho Intermunicipal considerou que se trata do cumprimento da lei e a sua formalização.

*Não houve pedidos de inscrição para usar da palavra.*

*O Presidente da Mesa colocou à votação o sexto ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:*

*Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), aprovado por unanimidade.*

***Ponto 7 - Apreciação e Votação do Código de Conduta:***

O Presidente do Conselho Intermunicipal considerou que se trata de mais uma garantia para o cumprimento da lei.

*Inscreveram-se para usar da palavra:*

António Monteiro (Sever do Vouga) recordou a sua participação no processo legislativo da Lei nº 52/2019 e a lei impunha a criação destes códigos de conduta para a generalidade das entidades públicas. Considerou que o Tribunal Constitucional tem demonstrado uma enorme resistência à implementação desta lei ao não criar a Entidade da Transparência. Entende que o código apresentado apenas replica um conjunto de normas imperativas e considerou que haveria vantagens em ter regras mais claras relativamente aos convites e às hospitalidades, designadamente a ligação à Universidade de Aveiro e às atividades no estrangeiro. Considerou que o único artigo que é verdadeiramente código de conduta é o art.º 16.º, tudo o resto é matéria disciplinar e já previsto na lei. Entende que esta proposta carece de aprofundamento futuro.

Diamantino Correia (Estarreja) realçou a importância deste código e destacou a questão do assédio no trabalho, assunto a ser tratado com clareza, descrição e eficácia. Sublinhou a importância do canal interno de denúncias e respetivos procedimentos, garantindo a confidencialidade e envolvendo a Autoridade para as Condições de Trabalho e a Inspeção-Geral de Finanças. Entende que este Código é uma marca de transparência e rigor, com um canal seguro e digno para expor situações de assédio no trabalho. Deixou o desafio ao Conselho Intermunicipal para rever e aprofundar alguns pontos.

Nuno Moura (Vagos) considera que tem uma visão diferente e que Portugal tem um problema de excesso de legislação e de legislação avulsa, existindo já legislação que prevê este tipo de situações, tornando estes códigos desnecessários uma vez que não se sobrepõem à lei.

*O Presidente da Mesa colocou à votação o sétimo ponto da Ordem de Trabalhos, com os seguintes resultados:*

**Código de Conduta. aprovado por unanimidade.**

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas por unanimidade, as deliberações em minuta.

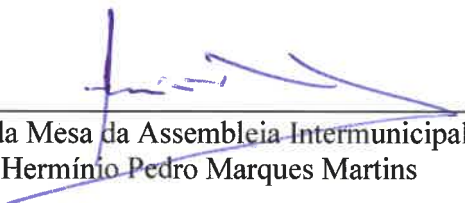
Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.



Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
António Maria dos Santos Sousa



Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Eva Catarina Nunes Pereira de Pinho Barreira de Lemos



Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal  
Hermínio Pedro Marques Martins